

**10**  
ANOS  
Sintrajufe RS  
1998 – 2008

# T-Liga

Filiado à  
FENAJUFE  
**CUT**

Boletim do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no RS – Nº 266 – De 14 a 29 de abril de 2008

Tom Alves / Fenajufe / Especial



Delegação gaúcha no encerramento das atividades. Além da Plenária, houve encontros nacionais, em Recife, sobre comunicação e plano de carreira

## Plenária define plano de lutas

As lutas da categoria no próximo período foram definidas e reafirmadas na XIV Plenária Nacional, em Recife, de 28 a 30/3. O assédio moral foi denunciado em vários momentos do evento e a luta contra essa prática no Judiciário está no Plano de Lutas. Foi reafirmada a luta pela aprovação do PL 319, contra o PLP 01, assim como redução da jornada de trabalho, fim do nepotismo e repúdio ao projeto que permite a dispensa do servidor por insuficiência de desem-

penho. Você pode conferir outros pontos aprovados na página 2.

Antes da Plenária, a Fenajufe realizou, no dia 28, o IV Encontro Nacional de Comunicação, com painéis do presidente do Ipea, Márcio Pochmann, falando sobre a necessidade de uma nova onda civilizatória e o papel dos sindicatos, de representantes do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação e de diretores e funcionários da Comunicação da Federação, que apresentaram a revista da entidade e a radioweb. No dia 28, a Federação promoveu o I Encontro Nacional sobre Plano de Carreira. Uma idéia geral sobre carreira e a experiência de outras entidades de servidores públicos federais foram debatidas. Foi aprovado um novo encontro em meados do ano. A proposta da Federação é que um evento no final de 2008 aprove uma proposta da categoria. Na próxima edição do T-Liga, serão publicadas matérias sobre os encontros de Comunicação e Plano de Carreira.

### Os números

**130** delegados

**46** observadores

**19** convidados

**26** sindicatos da base da Federação

## ASSEMBLÉIA GERAL

Dia 23/4  
19h30min  
Na sede

Pauta:  
Prestação de  
contas do período  
de setembro a  
dezembro/2007

# Pontos aprovados pela categoria

O Plano de Lutas contemplou diversos pontos das lutas gerais e específicas dos trabalhadores do Judiciário. Uma das prioridades é combater o PLP 01/06, que limita, por dez anos, os gastos com os servidores públicos federais. Veja outros pontos:

## Servidores públicos

- Retirada do PLP 92/07, que cria as fundações estatais/privadas; Restabelecimento do Regime Jurídico Único baseado na Lei 8.112/90; Reenquadramento das Agências Executivas dentro da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional, submetidas à mesma lógica pública e estatal; Restauração imediata da paridade entre ativos e aposentados.

## Trabalhadores celetistas

- Pela manutenção do veto presidencial à Emenda 3, sem negociação; Revogação do fator previdenciário; Contra o PL 1987/07, que modifica a CLT abrindo a porta para a retirada de direitos trabalhistas.

## Reforma Agrária

- Reforma Agrária sob controle dos trabalhadores; Assenta-

mento de um milhão de famílias; Aprovação da proposta de alteração dos índices de produtividade, com vistas a facilitar a reforma agrária.

## Internacional

- Não ao pagamento da Dívida; Não à Alca; Unidade da luta dos trabalhadores e povos em defesa da soberania nacional e contra qualquer intento de intervenção imperialista na América do Sul ou qualquer outro país da região e do mundo.

## Geral

- Anulação do leilão de privatização da Vale do Rio Doce e reestatização já; Direito de sindicalização e de negociação coletiva; Igualdade de remuneração entre homens e mulheres; Eliminação de toda discriminação de emprego e ocupação.

## PL 319

Foi reafirmado a luta pela aprovação do PL 319/07, que altera dispositivos da lei 11.416 (PCS 3). E também que a Fenajufe deve acompanhar a tramitação da PEC 34/07, que estabelece critérios para a realização de concurso interno para ascensão.

## Reforçadas campanhas pelo PL 319 e contra o assédio moral

Ampliar a campanha contra o assédio moral foi um dos pontos destacados na votação do Plano de Lutas. O documento traz vários pontos sobre a vida funcional. Confira alguns deles.

- Campanha pela jornada de trabalho de 6 horas para todos os servidores federais, sem redução de salário e benefícios.
- Lutar pela aprovação do PL 319/07.
- Contra o nepotismo em todo o serviço público.
- Por uma política salarial que recomponha os salários e mantenha o poder de compra dos servidores.
- Repúdio total à PEC 02/03, que permite a efetivação de servidores requisitados.
- Repúdio ao PL 248/98, que permite a dispensa do servidor por insuficiência de desempenho.
- Pela valorização da remuneração do cargo efetivo, com redução do número e valores das FCs e pela definição de critério democráticos de sua ocupação.
- Lutar pela revisão da exigência de relatório que condiciona a indenização de transporte para os oficiais de justiça da JT.
- Lutar pela implementação do acesso à internet em todos os cartórios eleitorais, revogando a resolução do TSE.
- Lutar pela supressão do artigo 366 do Código Eleitoral, que proíbe o servidor da Justiça Eleitoral de participar do processo político-partidário.
- Lutar pela paridade entre ativos e aposentados em todas as campanhas salariais, bem como lutar pela paridade dos pensionistas e dos aposentados por invalidez.
- Fazer campanha, orientada pela Fenajufe, para pagamento dos passivos do Judiciário.

No dia 2/12/98, sai a primeira edição do Boletim Sintrajufe, material informativo que surgia com a unificação do Sindjustra (JT) e do Sindjusfe (JF). Sob o título "Unificamos", o texto principal informava: "Foram três noites e dois dias de intensos debates, discussões e trabalho. Ao cair da noite de sábado (28/11/1998), Sindjustra e Sindjusfe deram lugar ao Sintrajufe, que nasceu como o segundo maior sindicato da categoria, só superado pelo de São Paulo em número de associados". A diretoria provisória seria substituída, em agosto de 1999, quando o Sintrajufe realizaria a primeira eleição para a diretoria.

Sou sindicalizada há muito tempo. Acho que devemos ter solidariedade entre nós, amizade. Quando os colegas se aposentam e se afastam da vida profissional, ficam com tédio, depressão. No Sintrajufe, participamos das atividades sindicais, sociais, das reuniões do NAF, de assembleias.

Quando aposentados, ficamos longe do meio em que estávamos. Estando juntos, estamos em atividade para lutar, poder continuar nossas vidas com nossas famílias e dar apoio ao sindicato e à categoria como um todo.

A luta dos que estão na ativa não é diferente da nossa. E temos uma vantagem: não estamos mais subordinados às chefias e aos horários. Podemos, então, lutar com mais liberdade e estudar com profundidade leis, anteprojeto e MPs, enfim, tudo o que se apresente naquele momento para falarmos com as autoridades e debater. Sempre participei das greves e de manifestações. Ainda atuo, mesmo que pouco, como advogada de amigos e parentes. A solidariedade é muito importante, pois, aposentados ou não, estamos todos no mesmo barco.



**Maria Sybilla Roncato**  
Aposentada

# Sindicato reúne-se com presidente do TRF

O Sintrajufe foi recebido, dia 25/3, pela presidente do TRF da 4ª Região, desembargadora Sílvia Maria Gonçalves Goraieb. O objetivo do encontro foi dar andamento ao debate sobre as reivin-

dicações tratadas na audiência realizada em agosto de 2007 e reapresentadas formalmente em janeiro deste ano.

A pauta encaminhada pelos diretores Cristina, Mara, Marília e Zé Oliveira foi

grande: pagamento de passivos, Imposto de Rende sobre juros da URV e auxílio-creche, concurso de remoção, plantões na 1ª Instância, carga horária, segurança, transporte coletivo e estacionamento.

## Pagamento de passivos sem data prevista

O sindicato cobrou a quitação dos passivos da categoria. A desembargadora reafirmou que não há previsão de pagamento, pois está envolvido (no caso dos quintos) um montante considerável. Ela informou que, na primeira semana de abril, estava prevista uma reunião com a presidente do STF, Ellen Gracie, a quem seria levada essa demanda. A desembargadora Sílvia informou que a administração estaria verificando alternativas de remanejamento no orçamento que viabilizassem algum pagamento, mas que, neste momento, não há como apresentar uma solução.

## Tribunal negocia devolução do IR sobre juros da URV

A partir da decisão do STF e do CJF, a desembargadora informou que estaria sendo negociada com a Receita Federal a devolução, pela via administrativa, dos valores descontados em uma folha do final de 2006. Os representantes do Sintrajufe informaram que há valores consideráveis a serem devolvidos aos servidores que pagaram IR sobre o precatório recebido pela execução judicial. Eles informaram que o sindicato tem ação judicial tramitando e que, além disso, os servidores, por orientação da assessoria jurídica, deverão abrir procedimentos administrativos na Receita. Os dirigentes solicitaram que o TRF intervenha para uma solução rápida. A presidente se colocou à disposição para encaminhar a demanda no CJF e solicitou a sua formalização, o que foi feito pelo Sintrajufe.

## Segurança, transporte e estacionamento

O sindicato entregou cópia do abaixo-assinado em que a categoria cobra das administrações e dos órgãos responsáveis (EPTC, prefeitura e Secretaria da Segurança) solução para os problemas de segurança, transporte e estacionamento. No dia 27/3, a DG divulgou nota na intranet informando que solicitou à Brigada Militar reforço no policiamento, em especial nos horários de entrada e saída de funcionários. A presidente do TRF afirmou que está pleiteando melhoria do transporte coletivo e que estão sendo estudadas alternativas sobre o estacionamento. O sindicato citou as possibilidades já aventadas sobre o terreno do tribunal em área hoje ocupada pela vila Chocolate e também sobre a ampliação da construção no espaço hoje existente, caso houvesse alteração do Plano Diretor. A desembargadora afirmou que as alternativas serão divulgadas quando houver alguma definição.

Leandro Dóro / Especial



Diretores reapresentaram pauta de janeiro com reivindicações dos servidores da Justiça Federal

## Sintrajufe cobra concurso de remoção

A direção do sindicato mais uma vez cobrou a implementação de concurso de remoção na 1ª Instância. Os diretores informaram que, diferentemente do que a presidência havia informado anteriormente, várias nomeações saíram pela lista geral, sem serem oferecidas para remoção. Após a audiência, o sindicato teve informação de que as vagas em cidades e cargos não oferecidos no concurso público voltaram a ficar num quadro para serem prioritariamente preenchidas pela remoção e deslocadas,

posteriormente, para outras localidades para provimento pelo concurso público.

Apesar desse novo avanço, alguns colegas estão questionando a perda de várias vagas para o provimento pela lista geral do concurso público, o que retardará uma solução para os que aguardam a remoção. Foram entregues à presidente uma lista dos servidores interessados na remoção (levantamento realizado pelo sindicato no início de 2007) e uma das nomeações da lista geral do concurso público.

## Diretores defendem jornada de 6 horas

Em outubro, o CJF tomou decisão quanto ao horário de funcionamento ao público (mínimo de 8 horas diárias). A presidente informou que defenderá a retomada desse debate no CJF. Ela defendeu a flexibilização da jornada para 6 horas, como já existe no CJF e no STJ (que vigora para os que não detêm FC). O sindicato reafirmou sua posição histórica pela jornada de 6 horas para todos os servidores como forma de melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores do Judiciário Federal, o que se reflete positivamente na produtividade e na melhoria do serviço prestado.

## Plantões na 1ª Instância

O sindicato relatou para presidente do TRF a demanda recebida de várias localidades, em especial as da região da fronteira, sobre o problema dos plantões. Os servidores não têm nenhuma contrapartida – nem a compensação – pelo serviço prestado. A desembargadora Sílvia informou que esse assunto também envolve a Corregedoria, responsável pela definição da forma como os plantões são realizados. Ela disse, no entanto, que concorda com a demanda do sindicato e que verificaria a real situação para avaliação sobre medidas possíveis.

## Assistência médica

Os diretores registraram a preocupação quanto à exclusão do custeio integral pelo Tribunal das despesas médicas provocadas por acidente de trabalho. O Sintrajufe formalizará requerimento para reverter esta alteração.

## Imposto de Renda

# Procedimentos gerais para a declaração

A partir da decisão administrativa do STF de 21/2, os demais órgãos do Judiciário deliberaram que os juros moratórios pagos em decorrência da URV têm caráter indenizatório e, por isso, são isentos da tributação do Imposto de Renda. As decisões têm reflexos práticos imediatos para os servidores da JF e da JE.

O Sintrajufe é autor da ação coletiva 2007.71.00.012086-7 (2ª Vara Tributária de Porto Alegre), que trata da não-incidência de IR sobre os juros moratórios dos pagamentos da URV. Um dos pedidos da ação é

a restituição aos servidores de todos os valores que sejam resultado da incidência de IR sobre os juros. Aqueles que não tiverem interesse em requerer administrativamente junto à Receita Federal, conforme informações abaixo, a restituição de imposto pago a mais nos anos anteriores, serão, em caso de procedência da ação coletiva, beneficiados pela restituição, em execução judicial, dos valores descontados, retidos e recolhidos.

O sindicato fez contato com as administrações e encaminhou memorial à presidente do TRF, desembargadora Sílvia Goraieb

(matéria na página 3), para que auxiliasse na possibilidade de vir a ser feito acordo judicial na ação coletiva ou ainda que o CJF estabeleça tratativas diretas com a Receita Federal para agilizar a devolução dos valores. A presidente levaria o ponto para debate no CJF em 4/4. O sindicato busca nova audiência para obter retorno.

A partir da análise da assessoria jurídica do Sintrajufe e da reunião do dia 24/3, na JF de Porto Alegre, foram elaboradas orientações sobre pagamento de juros da URV em que incidiu Imposto de Renda.

Pagamento administrativo	Encaminhamento
2007 JF, TRF e TRE	O pagamento administrativo realizado em folha suplementar no mês de dezembro de 2007 na JF, referente a juros da URV, sobre o qual houve retenção de Imposto de Renda na fonte, foi incluído, no comprovante de rendimentos distribuído pelos órgãos da JF (ano-base 2007), como rendimento isento e não tributável, em acordo com a decisão do STF. Assim, os colegas poderão reaver os valores fazendo normalmente sua declaração de IR de 2008. No TRE, a informação da administração é de que aguardam posição do TSE.
2006 JF, TRF e TRE	Pela decisão do CJF, a JF deverá retificar o comprovante de rendimentos do ano-base 2006, considerando como rendimento isento e não-tributável. O pagamento administrativo foi realizado em folha suplementar no mês de dezembro de 2006 na JF, também referente a juros da URV, e houve a retenção de IR na fonte. A retificação da declaração pela administração permitirá ser feita pelo servidor uma declaração retificadora da declaração de ajuste ano-base 2006, permitindo a restituição do imposto de renda pago a mais. Por outro lado, a presidência do TRF, na audiência realizada e divulgada neste boletim, informou que o CJF estaria negociando com a Receita Federal uma devolução na via administrativa que será, se implementada, mais ágil e menos trabalhosa que este procedimento de retificação da declaração pelo servidor. No TRE, da mesma forma que o pagamento de 2007, a administração aguarda posição do TSE.
JT	No TRT não houve pagamentos de juros da URV pela via administrativa. O Sintrajufe reivindica o pagamento dos juros da URV junto ao Conselho Superior da JT.
JM	No final de 2007, houve pagamento parcial dos valores, atendendo ao disposto no STF, sem a incidência do IR.

Execução judicial	Procedimentos
Juros recebidos em 2007 por precatório ou RPV JF, TRF e TRE	Aqueles servidores que receberam precatórios ou RPVs referentes a juros de URV durante o ano de 2007 e que venham a declarar tais rendimentos como isentos e não-tributáveis têm a probabilidade altíssima de a declaração de ajuste anual ficar retida na 'malha fina' da Receita Federal. A fonte pagadora daqueles rendimentos (Caixa Econômica Federal), por disposição legal expressa, realiza a retenção na fonte de 3% do valor do precatório ou RPV e informa à Receita Federal que foi realizada retenção de IR sobre rendimento tributável pago ao beneficiário. A alternativa mais prudente, mesmo com as decisões do STF e dos demais órgãos do judiciário, é declarar estes rendimentos como tributáveis. Isso evita a incongruência de informações entre a declaração e as informações prestadas pela CEF e que provoque, sob este exclusivo fundamento, a retenção da declaração na "malha fina". Para esta alternativa – mais prudente –, há a possibilidade de uma declaração retificadora posterior, onde seja alterada a condição do rendimento, de tributável para isento e não-tributável, permitindo que se requeira, administrativamente, junto à Receita Federal, a devolução do imposto pago a maior. Ainda neste caso (declaração como tributável para reaver os valores posteriormente), outra alternativa é que haja alguma informação positiva no pleiteado pelo sindicato junto à presidência do TRF da 4ª Região, na audiência realizada dia 25 de março, no sentido de que, através de uma negociação envolvendo a administração e a Receita Federal, sejam agilizados e facilitados os procedimentos a serem tomados pelos servidores (no caso os da JF). Não havendo sucesso neste pedido, antes de orientar outros encaminhamentos, a direção do Sintrajufe também buscará realizar reunião com a Receita Federal para negociar uma alternativa para facilitar os encaminhamentos do conjunto dos servidores.
JT	Os primeiros pagamentos decorrentes de ações judiciais referentes a juros da URV foram efetuados em 2008 e serão declarados em 2009.

Execução judicial	Procedimentos
<p>Juros recebidos por precatório ou RPV em anos anteriores a 2007</p> <p>JF, TRF e TRE</p>	<p>Em relação aos servidores que receberam precatórios e RPVs referentes a juros de URV em anos anteriores a 2007 é possível a retificação da declaração de ajuste anual do ano-base respectivo, alterando-se a condição do rendimento, de tributável para isento e não-tributável, permitindo o pedido de restituição dos pagamentos realizados a mais do que o efetivamente devido. O Sintrajufe está organizando um fluxograma com um passo-a-passo das etapas e providências a serem adotadas para a retificação das declarações de ajuste anual e abertura de procedimento administrativo na Receita, visando à restituição do tributo pago a maior. Tendo em vista a complexidade da legislação tributária, este levantamento está sendo organizado de forma segura e responsável inclusive no tocante à abertura do procedimento administrativo junto à Receita Federal. A previsão é de que o mesmo seja disponibilizado ainda no mês de abril. Da mesma forma que a situação anterior (valores recebidos em 2007), como citado na matéria da audiência com a presidente do TRF, o sindicato já manteve contato para que a administração auxilie a fim de que os servidores possam reaver os valores de forma mais ágil e fácil. A negociação entre administração, via CjF inclusive, e a Receita ou outra entre esta última e a direção do Sintrajufe que propiciassem um acordo, que pode ser inclusive na ação judicial coletiva em tramitação, com certeza são medidas que poderão facilitar e agilizar os procedimentos para reaver os valores pagos sobre os precatórios ou RPVs recebidos.</p>

## Juiz determina correção de auxílio-creche em declaração

No dia 8/4, o juiz Tiago Scherer, da 2ª Vara Tributária, despachou favoravelmente, ratificando a não-incidência de Imposto de Renda sobre o auxílio-creche. No despacho, o juiz determina que “oficie-se com urgência a presidência do Tribunal Regional Federal da 4ª Região comunicando o inteiro teor da decisão liminar, bem como deste despacho, para que sejam corrigidos os comprovantes de rendimentos dos substituídos”.

O sindicato já havia obtido decisão favorável em 2006, mas o TRF informou, na declaração de rendimentos, os valores recebidos em 2007 a título de assistência pré-escolar como tributáveis e incluiu uma mera informação de que havia uma decisão judicial suspendendo a tributação. Isso gerou problemas no ajuste anual de rendimento dos colegas que receberam esse benefício.

Na audiência com a presidente do TRF, desembargadora Sílvia Go-raieb, dia 25/3 (leia na página 3), diretores do Sintrajufe relataram o problema. A desembargadora ficou de buscar informação com a Divisão de Pagamento de Pessoal (DPP). Posteriormente, a DPP informou ao sindicato que, até aquele momento, o encaminhamento estava mantido. Assim, o sindicato protocolou petição na ação judicial requerendo ao juízo a retificação do comprovante de rendimento pelo TRF, a fim de excluir do campo “rendimentos tributáveis” os valores pagos a título de assistência pré-escolar aos substituídos na ação movida pelo Sintrajufe. Como o comprovante de rendimentos é o documento-base para o preenchimento da declaração de ajuste anual de pessoa física, o sindicato alegou na petição que houve descumprimento parcial/indireto da antecipação de tutela deferida. É importante que os colegas que recebem esse benefício tenham cuidado ao fazer sua declaração de Imposto de Renda.



### Convênios

## Plano reduz tarifas de telefone celular

O Sintrajufe firmou um novo contrato com a Vivo para alteração do plano com redução de tarifas. O novo formato é vinculado a um pacote de 100 minutos para qualquer operadora no valor fixo de R\$ 24,00, redução na mensalidade para R\$ 12,00 e minutos conforme tabela abaixo. Haverá migração automática de todas as linhas para o novo plano. Os usuários que não têm interesse e querem permanecer no plano antigo devem contatar o sindicato até o dia 18/4.

Serviço	Plano antigo	Plano novo
Mensalidade .....	R\$ 19,10	R\$ 12,00
Minutos contratados (local).....	0 min.	100 min=R\$ 24,00
Local p/ Vivo* .....	R\$ 0,41	R\$ 0,24
Local p/ fixo*.....	R\$ 0,63	R\$ 0,24
Local p/ outras*.....	R\$ 0,63	R\$ 0,24
Regional p/ Vivo* .....	R\$ 0,59	R\$ 0,47
Regional p/ fixo* .....	R\$ 0,59	R\$ 0,62
Regional p/ outras*.....	R\$ 1,21	R\$ 0,90
Nacional p/ Vivo* .....	R\$ 1,21	R\$ 0,47
Nacional p/ fixo* .....	R\$ 1,21	R\$ 0,62
Nacional p/ outras* .....	R\$ 1,21	R\$ 0,90

\* Valores das ligações por minuto



## Sindicalizados têm à disposição 50 novas linhas da Vivo

Pelo novo contrato firmado entre o sindicato e a Vivo, a operadora colocará à disposição 50 novas linhas com o aparelho Motorola V3 em comodato. As inscrições vão até 16/4 ou até atingir a quantidade de linhas que foram oferecidas. Os sindicalizados podem se inscrever

pessoalmente na sede ou por telefone, com Cida ou Marilise (51-3235-1977). para aderir, é necessário ter conta no Banco do Brasil ou na Caixa Econômica Federal para o débito da fatura. A permanência no plano é por, no mínimo, 24 meses.

## Nossos direitos

## Ataques contra oficiais de justiça se multiplicam

**N**a rotina diária do oficial de justiça, muito do que acontece acaba não documentado. Além de passar os dias a procurar pessoas que não querem a visita desse servidor ou que muitas vezes são resistentes e agressivas, há um componente na atividade incerto e variável: o risco. E ele se configura de várias formas: de um simples acidente de trânsito (os oficiais usam o próprio carro a serviço do Estado) até os mais graves, como seqüestro relâmpago (como o ocorrido com uma colega da Central de Mandados da JT em Novo Hamburgo), cárcere privado e morte.

Há ainda o assalto com roubo de veículo quando em cumprimento de mandado, como recentemente aconteceu com Helena Oliveira, oficial da JT de Porto Alegre. “No mesmo dia,

comuniquei minha chefia, pois, além do carro, também levaram os mandados que estava cumprindo. Mas em nenhum momento fui contatada pela administração”, explica Helena. Atualmente, devido ao trauma, não sai sozinha para trabalhar. “Estou sempre desconfiada, olhando para os lados. Quando volto ao local do assalto – ou próximo – entro em pânico”, explica. Em 2007 cinco oficiais da JT de Porto Alegre foram assaltados. Um deles ficou horas preso no porta-malas do veículo.

O TRT não tem, no serviço médico, apoio psicológico aos servidores vítimas desse tipo de

Marcelo Antunes



Helena teve o carro roubado

Daniel Borges / Especial



Seqüestros relâmpagos e acidentes estão mais frequentes

ocorrência. Cabe uma pergunta: se essas situações se configurarem como acidente de trabalho, o servidor não teria direito a apoio médico e até ressarcimento financeiro das despesas? “Esperamos melhor postura do tribunal e é importante registrar uma crítica aos legisladores, que não declararam formalmente a atividade de oficial de

justiça como de risco”, diz Marcelo Ortiz, diretor do Sintrajufe e oficial de justiça. Segundo ele, o assunto necessita de uma discussão ampla e abrangente. Marcelo entende que é necessário começar a desmitificar a função do oficial para que a categoria passe a ter a visão de que todos são igualmente servidores do Judiciário.

## Parecer pede isonomia nas FCs de chefes de cartório

A comissão do TSE criada para discutir uma proposta de isonomia das FCs dos chefes de cartórios teve, dia 17/3, sua última reunião. O grupo, formado por servidores das áreas técnicas do tribunal e por representante da Fenajufe, finalizou o relatório com a proposta da isonomia. O documento segue para o diretor-geral do TSE, Athayde Fontoura.

A Fenajufe avaliou que as principais propostas apresentadas pela Federação foram acatadas, como a sugestão de criar uma FC-6 para os chefes de cartórios das capitais e do interior, e de criação de mais uma FC I para cada cartório. “(...) a Comissão entende oportuna a transformação da totalidade das atuais funções comissionadas auto-

rizadas – FC 4 para as zonas eleitorais da capital e FC I para as do interior – em FC 6, propondo, ainda, a criação de uma FC I para todas as zonas eleitorais. Esta última destinada a melhorar as atividades de suporte técnico e assistência ao chefe de cartório, dando celeridade aos procedimentos e ao atendimento ao público”, afirma o texto do parecer.

Após a análise do diretor-geral, o parecer da comissão deverá ser enviado ao relator, ministro César Peluso. Depois de aprovado em sessão do TSE, será transformado em projeto de lei. Essa foi mais uma conquista importante da categoria, que deve continuar mobilizada até a finalização do processo.



## Eleitoral realiza Encontro Estadual em maio

A direção colegiada do Sintrajufe aprovou, em reunião dia 15/3, a realização do I Encontro Estadual da JE. A previsão é que aconteça dias 30 e 31/5, em Porto Alegre. O evento será aberto para todos os servidores da Justiça Eleitoral interessados no debate sobre a pauta, que inclui federalização da Justiça Eleitoral; isonomia das FCs dos chefes de cartório do interior e da capital; redução da jornada de trabalho; requisitos; terceirização e condições de trabalho. Mais informações, como período para inscrições, ressarcimento de despesas, palestrantes convidados, etc., serão divulgadas nas próximas semanas.

## TRT ainda está discutindo como será a remoção

O sindicato se reuniu com o diretor-geral do TRT, Luiz Fernando Tabora Celestino, para tratar da remoção. Ele informou que ainda não havia nenhuma deliberação e que a administração ainda estava discutindo procedimentos. Segundo ele, a meta é planificar as vagas. A metade ficaria para o concurso de remoção e a outra metade para o concurso público.

Em contato posterior com a administração, o Sintrajufe foi informado de que ainda não saiu a resolução interna que vai trazer a regulamentação para o concurso.

Leandro Dóro / Especial



Meta do TRT é planificar as vagas

# Assembléia geral de avaliação dos números do sindicato é dia 23/4

A assembléia geral de prestação de contas está marcada para o dia 23/4, às 19h30min, na sede do sindicato. A diretoria do Sintrajufe e o representante do escritório Contaaz Assessoria farão a apresentação contábil referente ao

período de setembro a dezembro de 2007. Os números referentes ao período de janeiro a agosto do ano passado foi publicado no T-Liga 259, de novembro de 2007. É importante que cada sindicalizado leia com atenção o balanço, que também está

disponível no site na internet. Com o Orçamento Participativo, os sindicalizados em todo o RS podem, em suas assembléias regionais, decidir como aplicar o dinheiro do Sintrajufe. Para poder participar de forma mais efetiva, é necessário conhecer a

situação contábil.

Abaixo, há comentários sobre os índices apresentados no balanço patrimonial do Sintrajufe e uma descrição dos valores de algumas contas. O objetivo é facilitar a compreensão dos números mostrados na página 8.

## Comentários sobre os índices apresentados

1) Liquidez Corrente  
(ILC)  $ILC = AC/PC$  5,43

Conceito e comentários: O índice de Liquidez Corrente mede a capacidade do sindicato em cumprir a curto prazo seus compromissos emergentes. O valor apresentado pelo sindicato (5,43) demonstra que para cada R\$ 1,00 que o sindicato deve a curto prazo, tem R\$ 5,43 para cumprir, o que é uma condição extremamente confortável.

2) Liquidez Geral  
(ILG)  $ILG = (AC+RLP)/(PC+ELP)$  4,79

Conceito e comentários: O índice de Liquidez Geral mede a capacidade do sindicato em cumprir a curto e longo prazo seus compromissos, uma vez que neste índice se inclui, para efeitos de análise, o Ativo Realizável a Longo Prazo e o Passivo Exigível a Longo Prazo. O valor apresentado pelo sindicato (4,79) demonstra que para cada R\$ 1,00 que o sindicato deve, tem R\$ 4,79 para cumprir, o que é também uma condição extremamente confortável.

3) Grau de Imobilização  
(IGI)  $IGI = AP/(PL+AEF)$  0,64

Conceito e comentários: O índice de Grau de Imobilização mede o quanto que o Patrimônio Líquido está imobilizado. O valor apresentado pelo sindicato (0,64) demonstra

que para cada R\$ 1,00 do Patrimônio Líquido o sindicato possui R\$ 0,64 em Ativo Permanente. Para o tipo de atividade (Sindicato) é amplamente aceitável o índice apresentado, principalmente verificando-se o alto valor do Ativo Circulante do momento.

4) Endividamento a Curto Prazo  
(IEC)  $IEC = PC/(PL+AEF)$  0,08

Conceito e comentários: O índice de Endividamento a Curto Prazo mede o quanto que o Patrimônio Líquido está comprometido com os compromissos a curto prazo. O valor apresentado pelo sindicato (0,08) demonstra que, para cada R\$ 1,00 do Patrimônio Líquido, o sindicato deve a curto prazo R\$ 0,08. O índice analisado está com um valor acima do aceitável positivamente.

5) Endividamento Geral  
(IEG)  $IEG = (PC+ELP)/(PL+AEF)$  0,09

Conceito e comentários: O índice de Endividamento Geral mede o quanto que o Patrimônio Líquido está comprometido com os compromissos a curto e longo prazo (passivo total). O valor apresentado pelo sindicato (0,09) demonstra, que para cada R\$ 1,00 do Patrimônio Líquido, o sindicato deve R\$ 0,09. O índice analisado está com um valor acima do aceitável positivamente.



## Descrição dos valores e de algumas contas

Valores a Receber de AssOCIADOS - Esta conta contempla o saldo a Receber de Convênios tipo Unimed, Uniodonto, Celular Vivo, Celular Claro, etc.

Adiantamento a Funcionários - Esta conta contempla o saldo das subcontas adiantamento de salários, adiantamento de 13º salário e adiantamento de férias.

Devedores Diversos - Esta conta contempla o saldo das subcontas Adiantamento a Fornecedores e Parcelamento de Convênios.

Despesas Gerais - Esta conta contempla o saldo das seguintes subcontas: Assinaturas e Mensalidades, Combustíveis e Lubrificantes, Condução, Cópias e

Reproduções, Estacionamento, Festividades, Locações, Manutenção de Veículos, Material de Consumo, Material de Escritório, Material Fotográfico, Taxas, Emolumentos e Custas, Telefone, Correios, Refeições e Custas Processuais.

Despesas com Terceiros - Esta conta contempla o saldo

das seguintes sub-contas: Serviços de Assessoria e Consultoria, Serviços Contábeis, Serviços de Frete, Serviços de Informática, Serviços de Segurança e Portaria e Serviços de Terceiros Diversos.

João Luiz de Azambuja Albanus  
CRC/RS 48.692

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2007		APURAÇÃO DO EQUILÍBRIO FINANCEIRO EM 31/12/2007	
<b>ATIVO</b>		<b>RECEITAS ORDINÁRIAS</b>	
<b>CIRCULANTE</b>	<b>898.531,48</b>	Atividade Sindical	4.288.494,38
Disponível	704.837,83	Atividades Sociais	4.287.438,38
Caixa	93,70	Atividades Assint Recreativas	820,00
Banco e Bancas	704.744,13	<b>RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS</b>	<b>78.288,48</b>
Aplic. Financeiras - Diversas	138.262,62	Resultados Financeiros	74.287,28
Aplic. Fin - Fundo de Contas	138.262,62	Rendimentos de Aplicações Financeiras	33.713,28
Aplic. Fin - CP Reservas	28.000,00	Realização de Reservas	4.100,00
<b>Outros</b>	<b>133.864,48</b>	Resultados Diversos	36.474,00
Valores Receber de Associados	80.050,00	<b>DEDUÇÕES DAS RECEITAS</b>	<b>(8.738,00)</b>
Despesas Antecipadas	20.000,00	Impostos e Contribuições	(8.738,00)
Dívidas Diversas	21.810,48	Imposto de Renda Retido na Fonte	(8.738,00)
Reservas e Provisões	93.854,00	<b>RECEITAS LÍQUIDAS</b>	<b>4.368.044,86</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>8.268,88</b>	<b>DESPESAS ORDINÁRIAS</b>	<b>4.148.210,88</b>
Despesas a Pagar	8.268,88	Compensação Suplicação e Outros Tributos	1.077.000,00
<b>PERMANENTE</b>	<b>2.022.852,32</b>	Despesas	820.111,40
Investimentos	14.425,48	Orçamento Participativo	201.200,00
Aplic. em Obras em Construção	4.400,00	Secretaria de Saúde e Relações de Trabalho	284.200,00
Imobilizado	2.004.026,84	Despesas	100.000,00
Custo Concluído	1.528.240,67	Orçamento Participativo	28.200,00
<b>LIQUIDADO</b>	<b>200.000,00</b>	Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento	1.207.200,00
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>2.098.362,86</b>	Despesas de Pessoal	1.287.870,00
<b>PASSIVO</b>		Despesas de Representação e Viagens	300.000,00
<b>CIRCULANTE</b>	<b>188.148,82</b>	Despesas Administrativas	327.793,40
Obrigações a Longo Prazo	48.410,00	Despesas de Manutenção de Bens Imóveis	17.200,00
Fornecedores/Contas a Pagar	3.840,00	Despesas com Terceiros	177.003,75
Impostos, Taxas e Contribuições	2.400,00	Despesas Diversas	28.000,00
IRRF a Recolher	14.264,00	Orçamento Participativo	131.240,00
<b>Obrigações Sociais</b>	<b>117.738,71</b>	Secretaria de Formação e Cultura	112.000,00
Salários a Pagar	-	Despesas	150.458,81
Encargos Sociais a Recolher	41.899,81	Orçamento Participativo	27.200,00
Dividendo do Exercício	75.790,00	Secretaria de Assuntos de Aposentadoria	21.583,00
Provisão de 10º Salário	-	Despesas	8.000,00
<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>22.878,84</b>	Orçamento Participativo	15.240,00
Empréstimos e Financiamentos	22.878,84	Secretaria de Comunicação	130.100,00
Proc. INSS Diretores	10.400,00	Despesas	118.800,75
Previdência RPPS	-	Orçamento Participativo	11.299,25
Proc. Precatória 0357018/90	6.440,70	Secretaria de Políticas Sociais	26.119,25
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>1.910.214,04</b>	Despesas	28.240,00
Patrimônio Social	1.283.807,28	Orçamento Participativo	11.179,72
Correção Monetária do Patrim. Social	180.804,71	<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>4.148.210,88</b>
Reservas de Retenção	22.200,00	<b>SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO</b>	<b>214.782,83</b>
Após Exercícios Anteriores	(21.372,88)	<b>DEMONSTRAÇÃO DA ANÁLISE FINANCEIRA EM 31/12/2007</b>	
Superávit de Exercícios Anteriores	18.827,12	1) LIQUIDEZ CORRENTE(LC) LC = AC/PC	0,43
Superávit do Exercício 2007	214.782,83	2) LIQUIDEZ GERAL(LG) LG = (AC+RL)/(PC+ELP)	4,78
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>2.098.362,86</b>	3) GRAU DE MOBILIZAÇÃO(GM) GM = AP/(PL+ADF)	0,84
		4) DÉBITO CURTO PRAZO(DC) DC = PC/(PL+ADF)	0,68
		5) ENDIVIDAMENTO GERAL(EG) EG = (PC+ELP)/(PL+ADF)	0,68

Movimento

# Servidores públicos marcham em Brasília

Cerca de 2 mil servidores públicos federais de todos os estados marcharam pelas ruas de Brasília dia 26/3. A mobilização teve como objetivo pressionar o governo a não postergar acordos salariais, mesmo com os cortes realizados no orçamento da União para compensar perdas com a arrecadação da CPMF.

Os manifestantes saíram em caminhada até o Ministério do Planejamento e, logo após, representantes das entidades se reuniram com parlamentares. Os servidores exigiram o cumprimento dos acordos firmados e a manutenção das negociações em curso, além da ratificação das convenções 151 e 158 da Organização Internacional do Trabalho. A primeira regulamentação a negociação coletiva para os

servidores e a segunda é contra a demissão imotivada na iniciativa privada. Representando o Sintrajufe, participaram o diretor Sérgio Amorim e os diretores de base Deise Araújo Leiria, de Porto Alegre, Jorge Botton, de Canoas, e Paulo Jesus de Andrade e Silva, de Rio Grande.

## Acordos

Segundo a Condsef, cerca de 28 categorias com acordos e compromissos firmados com o Planejamento estão aguardando uma posição sobre os reajustes salariais a partir do corte no orçamento. Pelos cálculos apresentados, esses aumentos consumiriam R\$ 6 bilhões em 2008, mas a Comissão Mista de Orçamento só colocou à disposição até o momento R\$ 3,4 bilhões. De acordo com Lúcia Reis, da executiva nacional da CUT, a

Graziela Pereira / Condsef / Divulgação



Trabalhadores exigem cumprimento dos acordos e ratificação de convenções da OIT. A atividade foi positiva devido à pressão exercida por servidores vindos de vários estados para que o governo cumpra acordos firmados e dê continuidade ao processo de negociação.

## Brigada reprime professores em frente à SEC

O governo Yeda voltou a usar seu aparato policial contra quem não comunga com suas idéias. Desta vez as vítimas foram os trabalhadores estaduais da educação. Conforme a assessoria de imprensa do Cpers/Sindicato, por volta das 10h do dia 14/3, a BM usou violência física e prendeu oito pessoas, entre elas o diretor do Cpers e presidente da CUT Metropolitana, Antonio Branco. A detenção ocorreu enquanto os educadores ocupavam, de forma pacífica, o saguão do Centro Administrativo do Estado. Eles cobravam uma audiência com a governadora para exigir a imediata suspensão do processo de desmonte da educação no estado e abrir uma efetiva discussão da pauta de reivindicações da categoria.

Os manifestantes presos foram encaminhados ao Palácio da Polícia e foram liberados

durante audiência da direção do Cpers com o chefe da Casa Civil, César Busatto. Segundo relatos, os detidos, entre eles, um estudante,

Cpers / Divulgação



BM agride manifestantes que faziam protesto pacífico

foram provocados e instigados a reagir durante o trajeto entre o local da detenção e o Palácio da Polícia.

## História de agressões

Essa ação não foi a primeira agressão perpetrada pelo governo Yeda contra os trabalhadores. A mesma prática foi utilizada em 2006 para desalojar integrantes do Movimento Nacional de Luta pela Moradia que ocuparam um prédio no Centro da capital (o PCC usou o imóvel para construir um túnel na tentativa de assaltar a Caixa Federal). Em agosto de 2007 a violência foi contra integrantes do MST que participavam de audiência pública em Pedro Osório. A força voltou a ser utilizada em novembro para reprimir militantes do Movimento dos Trabalhadores Desempregados que ocupavam o antigo prédio da Coorlac. Em março deste ano, a força policial reprimiu mulheres da Via Campesina que plantavam mudas de árvores nativas no lugar de eucaliptos em uma fazenda da transnacional Stora Enso. Mais de 50 camponesas foram agredidas e feridas pela BM.

## Seminário discute saúde, trabalho e previdência

O Fórum de Saúde Sindical do Trabalhador (FSST) e a CUT/RS organizam, dia 28/4, Dia Internacional em memória às vítimas de doença e acidente de trabalho, o seminário cujo objetivo é debater acidente de trabalho, aposentadoria especial, fator previdenciário e reforma da previdência.

O credenciamento para a atividade começa às 8h e a abertura está marcada para às 9h, no auditório do Sindicato dos Metalúrgicos (rua Francisco Trein, 116, Bairro Cristo Redentor). Já estão confirmados como palestrantes o deputado federal Pepe Vargas (PT), o senador Paulo Paim (PT), o representante

do Ministério do Trabalho em Caxias, Ricardo Wagner, e o secretário da Vigilância Sanitária Francisco Paz.

O Fórum de Saúde Sindical do Trabalhador congrega várias entidades, entre elas o Sintrajufe, que foi uma das organizações sindicais fundadoras do FSST.

Alessandra Kley, da Secretaria da 1ª Turma do TRF, registrou a bela imagem ao lado do Elevador Lacerda, em Salvador, Bahia, com vista para o Mercado Modelo e o Forte. Faça como Alessandra, mande suas fotos para o T-Liga.



## Agenda

NAF

17/4: reunião do Núcleo, às 15h, na sede.

ASSEMBLÉIA GERAL

23/4: às 19h30min, na sede.

Pauta: prestação de contas de setembro a dezembro de 2007.

### Ingressos de cinema

Mês	Reserva	Entrega
Abril	----	28, 29 e 30
Maio	5, 6 e 7	28, 29 e 30

## Sarau literário na Sexta Básica

Em homenagem ao Dia do Livro e do Direito do Autor (23/4), o Sintrajufe realizará uma Sexta Básica com sarau literário e música. Será dia 25/4, na sede, a partir das 20h. Serão sorteados 40 livros *Vida Palafita*, do Grupo 35mm sobre o cotidiano da Ilha Grande dos Marinheiros (veja quadro). O 35mm se originou nas oficinas de fotografia do sindicato e é integrado por nove sindicalizados do TRF e do TRT. Os livros são

uma contrapartida ao apoio do Sintrajufe ao projeto.

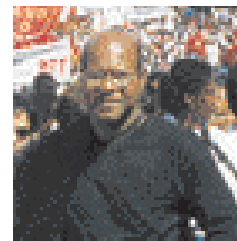
Pelo segundo ano consecutivo, o Sintrajufe incentivará a leitura promovendo um dia de troca de livros, também em 23/4. Para participar, deixe um livro nos restaurantes dos prédios do Judiciário. Quem quiser trocar alguma obra, “esquece” um livro com um bilhete dizendo: “Dia Mundial do Livro. Livro doado”, e leva outro “esquecido” por alguém.

### Inscreva-se para sorteio de livros

Na Sexta Básica, haverá o sorteio do livro *Vida Palafita*, sobre o dia-a-dia na Ilha Grande dos Marinheiros. Os sindicalizados, da capital e do interior, que desejarem participar da promoção devem entrar em contato por telefone (51-3235-1977) ou e-mail (sec.cultura@sintrajufe.org.br) até as 19h do dia 23/4.

## Homenagem ao companheiro Luiz Carlos Amaro

O Sintrajufe presta uma homenagem ao colega Luiz Carlos Amaro Cardoso, falecido em 22/3. Servidor aposentado do TRT e participante do Núcleo de Aposentados, Amaro era também professor de História, escritor, poeta e militante do Movimento Negro. Abaixo, um de seus poemas.



ser + Ser

Como ser o negro mais esclarecido sem ressuscitar o ser Castro Alves na negritude à sombra desiludida a esperar nascer que a morte salve,

nesse retumbar letárgico de lírios a sepultar o negro X ativista, antípodas dos mais antigos mártires presente em todo eu maniqueísta.

Emerge do sonho de claro segredo, ver em negro, eis a solução: mudar a premissa, amar o sujeito do medo,

requer sangue na cor, até na discórdia, abre internos caminhos pra reparar nesta vida ou na morte, negros, acordem.

## Sindicato convida para lançamento do saite

Na quinta-feira, 17/4, em coquetel na sede, a partir das 19h30min, será lançada a nova página do Sintrajufe na internet. O projeto, desenvolvido pela agência Interlig e pela empresa M23 em conjunto com a Secretaria de Comunicação, faz parte das comemorações dos 10 anos do Sintrajufe. A página foi remodelada, o que dará mais agilidade ao internauta quando em visita no endereço [www.sintrajufe.org.br](http://www.sintrajufe.org.br). “Pro-

curamos priorizar a utilização do branco e do cinza, tons mais apropriados quando o objetivo é tornar a leitura e a visualização de materiais mais leves e menos cansativas”, explica Cristina Lemos, diretora de Comunicação.

O evento contará com um show de MPB do cantor e compositor Jean Melgar, artista conhecido da categoria e que já animou com sua música várias Sextas Básicas, greves e paralisações.

## Projeto destaca produção cultural

Para divulgar e debater a produção musical e literária brasileira contemporânea, a livraria Nova Roma e o jornal Vaia, com apoio do Sintrajufe, promovem, dia 26/4, às 18h30min, a 5ª edição do programa Duas vozes – Música e Literatura, com a participação da cantora e compositora Karine Cunha e do es-

critor e letrista Sergio Napp.

O Duas Vozes começou em setembro do ano passado. Já participaram do programa o poeta e jornalista Nei Duclós e o escritor, o compositor e músico Claudio Levitan, a cantora e compositora Monica Tomasi e o escritor e jornalista Luiz Horácio, o músico Nelson Coelho de

Castro e o escritor Luís Augusto Fischer; e o violonista e compositor Felipe Azevedo e o poeta Marco de Menezes.

### ■ Serviço

O que: projeto Duas Vozes

Quando: dia 26/4, 18h30min

Onde: Livraria Nova Roma (Gen. Câmara, 394, fone 3013-4535)

Importante: entrada gratuita



Sintrajufe RS

Boletim Quinzenal do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no RS • Filiado à CUT e à Fenajufe

• Coordenadora da Secretaria de Comunicação: Cristina Lemos • Edição e Diagramação: Rosane Vargas • Redação: Marcelo Antunes e Rosane Vargas

• Ilustrações: Leandro Dóro • Distribuição: Daniel Borges • Impressão: Gráfica PontoCom • Tiragem: 5.500 exemplares

Sintrajufe RS: Rua Marcílio Dias, 660 - Menino Deus - Porto Alegre/RS - CEP 91030-000 - Fone/Fax: 51 3235.1977 - e-mail: [imprensa@sintrajufe.org.br](mailto:imprensa@sintrajufe.org.br) - site: [www.sintrajufe.org.br](http://www.sintrajufe.org.br)